

# PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº , DE 2015

Altera a Constituição Federal, para vedar a edição de medida provisória ou a apresentação, pelo Presidente da República, de projeto de lei sobre matéria objeto de projeto de lei vetado, cujo veto esteja pendente da apreciação.



SF/15724.29406-47

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** A Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 62.** .....

§ 1º.....

.....

V – constante de projeto de lei vetado, cujo veto esteja pendente de deliberação.

.....” (NR)

“**Art. 64.**.....

.....

§ 5º O Presidente da República não poderá enviar ao Congresso Nacional projeto de lei que disponha sobre matéria constante de projeto de lei vetado, cujo veto esteja pendente de deliberação.” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, têm sido muito comum o Presidente da República vetar projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional para, em seguida, editar uma medida provisória ou enviar proposição semelhante ao Poder Legislativo.

Ora, trata-se, indiscutivelmente, de prática que representa desrespeito às Casas Legislativas que, na maior das vezes, debateram e analisaram a matéria por meses e até anos antes de aprová-la.

Além disso, o procedimento busca, na prática, esvaziar a competência do Congresso Nacional de apreciar os vetos.

Impõe-se, certamente, em nome do equilíbrio entre os Poderes, cláusula pétrea da nossa Constituição, impedir essa prática.

Não se busca, absolutamente, restringir o poder de iniciativa do Presidente da República que, em condições normais, permanece intacto. O que não pode é combinar o poder de veto com o de iniciativa para se sobrepor ao Poder Legislativo, quase substituindo-o.

Assim, se propõe que seja vedada tanto a edição de medida provisória, como a iniciativa do Presidente da República de projeto de lei sobre matéria constante de projeto de lei vetado, enquanto o veto estiver pendente da deliberação pelo Congresso Nacional.

Com isso, com certeza, haverá mais cuidado por parte do Poder Executivo de tomar a decisão de vetar as proposições oriundas do Poder Legislativo, reafirmando as prerrogativas desse último.

Trata-se de medida que objetiva aperfeiçoar os freios e contrapesos que devem existir na relação entre os Poderes, fortalecendo, assim, os seus laços institucionais e a própria democracia.

Sala das Sessões,

Senador WALDEMIR MOKA






SF/15724.29406-47